



Conferência

“As TIC e a Saúde no Portugal de 2011”

15 de Dezembro de 2011

Auditório do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
Av. Brasil, Lisboa

APDSI observa o contributo das TIC no sector da Saúde

Lisboa, 27 de Dezembro – As novas tecnologias são já indispensáveis na área da Saúde. Esta foi a principal conclusão da conferência, intitulada “As TIC e a Saúde no Portugal de 2011”, que a APDSI organizou a 15 de Dezembro, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

Esta conferência foi coordenada por Maria Helena Monteiro, professora universitária, doutorada pela Universidade Técnica de Lisboa, investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UNL/ISCSP) e Coordenadora do Grupo Permanente de Saúde da APDSI.

A conferência, que decorreu perante um auditório lotado, reuniu médicos e diversos outros profissionais da saúde. Foram apresentadas e discutidas ideias e experiências concretas sobre as transformações que os sistemas de informação e conhecimento têm vindo a trazer a esta área, em Portugal.

Após a nota introdutória, feita por José Dias Coelho presidente da Direcção da APDSI, Cunha Ribeiro, Presidente do Conselho Directivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo em representação do Ministro da Saúde, Paulo Macedo, congratulou-se pela iniciativa e salientou “É das áreas em que mais temos investido na Saúde e temos que perceber onde é que há maiores ganhos, mas ainda há muito para fazer porque não sabemos, ainda, quem é quem no SNS”.

“A Saúde e a Investigação”, “Interoperabilidade e Registo de Saúde Electrónico”, “Telemedicina” e “A Transformação Tecnológica na Saúde em Portugal” foram alguns dos temas apresentados, ao longo do dia, pelos vários intervenientes.

Actualmente é incontestável que a investigação na área da Saúde e a sua aplicação prática andam de mãos dadas com as novas tecnologias de informação e comunicação. Prova disso foi logo a primeira apresentação da manhã, na qual a Directora do Sector Público da IBM, Cristina Semião, apontou as áreas com mais solicitações recebidas nos últimos dois anos. São elas o cruzamento de dados biométricos, a segurança, os registos clínicos de saúde electrónicos para partilha e tratamento analítico, os cuidados colaborativos centrados no paciente e baseados em evidência. A IBM também tem sido solicitada para desenvolver soluções de intercâmbio electrónico para laboratórios e organismos de saúde pública. Contudo, é no sistema Watson que a marca tem vindo a apostar forte. Esta é uma solução de pesquisa de informação sensível e adaptável ao contexto e em linguagem natural. Esta solução permite aos utilizadores expressarem as suas pesquisas para aceder e explorar dados de forma rápida, devolvendo o “resultado da pesquisa tendo em consideração a resposta mais adequada com a maior fiabilidade possível” sublinhou Cristina Semião.

António Vaz Carneiro, Director do Centro de Estudos de Medicina baseada na Evidência da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FM/UL), defende que as TIC devem fazer com que os registos de doentes sirvam como instrumentos de suporte à prática clínica, bem como à gestão e administração e, ainda, às políticas de saúde. “O registo de doentes está no centro de tudo. A sua utilização potencial leva à definição de efectividade das intervenções, a uma melhor avaliação dos resultados, finalizando com a determinação fiável da história natural das doenças” evidenciou o médico e professor António Vaz Carneiro.

Na mesma linha de pensamento, Raul Mascarenhas lembrou a importância de haver uma concentração do sistema informático dos vários hospitais. Neste aspecto, o recém-chegado Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) acredita que tem de se fazer muito mais com o orçamento de 200 milhões de euros anuais destinado à informática na saúde. “Não é comportável haver um *datacenter* em cada unidade hospitalar. É preciso simplificar processos antes de deitar dinheiro fora” mencionou na sua apresentação.

Interoperabilidade e Registo de Saúde Electrónico - Sonho ou Realidade em Portugal?

Introduzido o tema para o espaço de debate, coube a vários especialistas da área da informática para Saúde definir em que ponto Portugal está, no que se refere à capacidade de partilha de *webservices* nas aplicações na saúde.

Adalberto Campos Fernandes médico e professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa coordenou o primeiro painel da manhã que reuniu Henrique Martins, da Comissão para a Informatização Clínica, José Carlos Nascimento, da Universidade do Minho e Luís Campos, do Centro Hospitalar Lisboa Oeste. Sobre a

interoperabilidade e o registo de saúde electrónico o médico e professor Henrique Martins foi peremptório: “A interoperabilidade na Saúde é um sonho vendido como se fosse realidade. Em Portugal a interoperabilidade é médicos e enfermeiros a fazerem *copy/paste* de um sistema para o outro”.

Ao professor José Carlos Nascimento coube-lhe falar sobre o registo de saúde electrónico cujo carácter inclusivo elogiou: “O registo de saúde electrónico ganhou, de facto, nos últimos anos, o reconhecimento de que é a mais importante das componentes de carácter nacional e transversal que o Estado deve assegurar, no delicado equilíbrio entre o controlo e a regulação”.

O médico e professor Luís Campos sublinhou que o registo de saúde electrónico conseguia reduzir o desperdício. “O Registo de Saúde Electrónico (RES) tinha uma visão de futuro. Um caminho a médio e longo prazo” esclareceu.

Casos de sucesso na Telemedicina

A conferência também aproveitou as experiências bem sucedidas em áreas como a telemedicina, o espaço de debate sobre esta temática foi coordenado por Sara Carrasqueiro, mestre em eHealth. Miguel Soares de Oliveira, médico e Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), fez referência ao facto do INEM já fazer assistência médica à distância aplicando a telemedicina à urgência hospitalar. Alguns dos sistemas utilizados pelo INEM são: o SGP (Sistema de Gestão de Processos *paper free*), o Adamastor (Programa informático de gestão de stocks), o Mobile Clinic, que permite acesso directo ao SIADEM (Sistema Integrado de Atendimento e Despacho de Emergência Médica), o Navigator INEM e o Lifenet, um sistema de transmissão e visualização de electrocardiografia.

Outro exemplo bem sucedido da aplicação da telemedicina foi dado por Teresa Delgado, Administradora Hospitalar no Hospital Santa Maria Lisboa, mais concretamente no apoio ventilatório ao domicílio de doentes neuromusculares, em especial doentes com esclerose lateral amiotrófica, que assim beneficiam de um acompanhamento médico mais eficaz, no seu ambiente familiar. O único entrave a este tipo de iniciativas é, segundo Teresa Delgado, “a ausência de financiamento”.

Paulo Freitas, Presidente do Instituto Marquês de Valle Flôr, mostrou, como médico, as vantagens inquestionáveis da telemedicina no projecto que conduz em São Tomé ao permitir a descentralização das unidades de saúde - um passo fundamental num território onde 17% população reside a mais de duas horas de um posto médico.

Noutro contexto, e já na segunda metade da conferência, foram Ana Miranda e Ana Paula Harfouche a trazerem ao evento os casos de sucesso na implementação de plataformas digitais no IPO em Lisboa. Médica de formação, Ana Miranda, responsável pela plataforma ROR Sul, deixou bem clara a utilização que, em seu entender, deve ser dada às novas tecnologias: “Os sistemas só servem se gerarem conhecimento, senão não servem para nada. É preciso haver um modelo que sirva à gestão, à clínica e à

investigação”. Num primeiro passo teve de cruzar informações provenientes de várias fontes “o que é penoso, por isso é preciso ter força para não desistir”. Graças a esse esforço, na nova plataforma do portal do Registo Oncológico Regional Sul (ROR Sul) é hoje possível actualizar o estado de saúde de um mesmo doente, seja qual for a instituição que procure porque “na base de dados não existem duplicados. Existe um único registo que vai sendo actualizado”.

Por seu lado, Ana Paula Harfouche, Administradora Hospitalar e investigadora no CAPP (UTL/ISCSP), acredita que o futuro da Saúde, para continuar a funcionar, tem de apostar em sistemas como o Modelo de Custeio por Actividades que “assenta no princípio de que só o conhecimento da formação dos custos permite o seu controlo efectivo”. O IPO - Lisboa efectuou o modelo de custeio para o ano de 2007, tendo obtido informação relevante sobre diversas áreas do instituto (custos, consumos, horas e produção).

Soluções apontadas

Num terceiro espaço de debate, intitulado “A transformação tecnológica na Saúde em Portugal - a quadratura do círculo no SNS” tomaram a palavra os membros dos Conselhos Directivos das delegações Norte, Centro, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo das respectivas Administrações Regionais de Saúde (ARS). Este debate foi coordenado por Álvaro Rocha, Professor Associado com Agregação da Universidade Fernando Pessoa (UFP), co-fundador e membro do GIMED (Grupo de I&D em Informática Médica da UFP).

Ponciano Oliveira, Vogal do Conselho Directivo da ARS Norte, mostrou-se favorável às boas práticas para o armazenamento de dados, com base na interoperabilidade, mas assentes numa política normativa: “É preciso haver regras claras e definidas do topo até ao fundo da estrutura”.

Depois de Ponciano Oliveira ter introduzido o tema, o médico Lúcio Menezes de Almeida defendeu a rentabilização dos investimentos já feitos. “Interessa que a resposta seja dada adequadamente aos indivíduos estando em Coimbra ou em Lisboa” argumentou o Assessor do Conselho Directivo da ARS do Centro.

Já Cunha Ribeiro, médico e Presidente do Conselho Directivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, aproveitou para reforçar que “a aposta tem de ser no conhecimento e na informação, como base para se chegar ao conhecimento”.

Dando a conhecer a experiência da ARS Alentejo, falou José Alberto Robalo, médico e Presidente do Conselho Directivo da ARS do Alentejo, sobre a importância da teleconsulta, especialmente numa zona do país afectada pela baixa densidade populacional: “O Alentejo é uma área especialmente problemática, ajudada pelo facto de 25% da população ter mais de 65 anos. Uma das visões que temos para o futuro reside na implantação da telemedicina”.

A tecnologia existe

As diferentes intervenções feitas ao longo do dia da conferência “As TIC e a Saúde no Portugal de 2011”, por parte dos múltiplos intervenientes, mostraram experiências válidas com resultados positivos que exemplificam que o país está no caminho certo.

Nas iniciativas partilhadas pelos diferentes intervenientes identificaram-se, contudo, “alguns desafios que se prendem com problemas de gestão (desde o nível estratégico ao operacional), ausência de visão, desalinhamento, passividade, esmorecimento, resignação, intolerância, obtusidade e indefinição de prioridades”. Este alerta foi deixado por Rui Gomes, Director das Tecnologias e Informação do Hospital Professor Fernando Fonseca (HPFF). “Muitas vezes as questões de protecção para as empresas inclinam-se unicamente em ajudar os clientes a protegerem-se das ameaças externas ao nível da circulação de informação electrónica mas esquecem-se do factor humano, ou seja, é necessário gerir a segurança” lembrou o engenheiro Rui Gomes, acrescentando que “os serviços de saúde têm de estar orientados para os profissionais de saúde para que possam em segurança praticar aquele acto nobre”.

Paulo Nunes de Abreu, Director do Fórum Hospital do Futuro, foi o interveniente que se seguiu. Trata-se de um Fórum independente, gerido pela group Vision Education Services, que desde 2003 visa encorajar e dar suporte à geração de conhecimento, num sector de actividade que intersecta a política, a tecnologia e a inovação. Nesta conferência Paulo Nunes de Abreu, sócio-gerente da group Vision Education Services Portugal, defendeu a criação do modelo de reuniões “round table” como impulsionador da partilha de informação e geração de conhecimento em Saúde. A Austrália foi um dos países apontados como pioneiro na adopção deste método.

A fechar a sessão de trabalhos Joaquim Cunha, Director Executivo da Health Cluster Portugal, deixou uma nota positiva para ajudar Portugal a tornar-se num país mais competitivo: “Nós conseguimos fazer mais e melhor com menos através da incorporação da inovação e da valorização do conhecimento”. Quanto à, muito abordada ao longo da conferência, sustentabilidade dos Sistemas de Saúde, o engenheiro Joaquim Cunha acredita que não tem de ser um problema: “Devemos vê-la do lado da oportunidade sem medo da ameaça” concluiu.

As apresentações dos protagonistas da conferência estão disponíveis em www.apdsi.pt

Maria Helena Monteiro e António Vasconcelos da Cunha, enquanto responsáveis pelas actividades do Grupo Permanente de Saude da APDSI, fecharam o encontro agradecendo e convidando todos os presentes a colaborarem e participarem na próxima conferência que deverá ocorrer no fim de 2012. Também Dias Coelho se congratulou por mais uma conferência realizada e agradeceu o empenho de todos os envolvidos.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi recentemente reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>